

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.672 - SP (2019/0272723-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **DEISE DALMASO MARQUES**
ADVOGADO : **EVANDRO FERREIRA SALVI - SP246470**
RECORRIDO : **FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**
ADVOGADOS : **LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO - SP361409**
JUSUVENNE LUIS ZANINI - SP399243

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por DEISE DALMASO MARQUES, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 947 e-STJ):

PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA FUNCEF AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS DE RENDA MENSAL INICIAL DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR PROCEDÊNCIA PARCIAL REFORMA SENTENÇA QUE, EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS, RECONHECEU O DIREITO DA AUTORA NO RECÁLCULO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO, MEDIANTE INCLUSÃO DO CTVA (Complemento Temporário Variável de Ajuste ao Piso de Mercado) NÃO OBSTANTE A NATUREZA SALARIAL DA VERBA, O PEDIDO SE MOSTROU MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE DIANTE DAS PROVAS DOS AUTOS AUTORA QUE ADERIU A NOVO PLANO, COM SALDAMENTO DO PLANO ANTERIOR NOVAS REGRAS, VIGENTES NA DATA DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE DO BENEFÍCIO, QUE CONSIDERAVAM, PARA O CÁLCULO DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO, TODAS AS VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO DE SALÁRIO, PORÉM, O RESULTADO NÃO PODERIA ULTRAPASSAR O TETO LIMITE ESTABELECIDO NO PLANO A RENDA MENSAL INICIAL FOI CALCULADA COM BASE NO SALDO EXISTENTE NA DATA DA CONCESSÃO E NO FATOR ATUARIAL APLICÁVEL NESSA DATA EVIDENTE FALTA DE FUNDAMENTO PARA O ACOLHIMENTO DOS PLEITOS INICIAIS AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.
Apelação provida.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões de recurso especial (fls. 1001-1028, e-STJ), a recorrente colaciona divergência jurisprudencial quanto a possibilidade de recebimento da verba CTVA.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1049/1071, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

1. Nos termos do entendimento firmado quando do Conflito de Competência n.

69.281/MG, DJe 02/03/2015, o julgamento de ação proposta com o intuito de discutir previdência complementar é de competência da Justiça Comum.

No entanto, em se tratando de hipóteses, como a vertida nos autos, em que se pretende o reconhecimento da natureza salarial da parcela CTVA e consequente reflexos em seu plano de previdência complementar, há a cumulação de pretensões de naturezas distintas: previdenciária e trabalhista.

Em casos tais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as ações que visam a inclusão da CTVA na base de cálculo das contribuições efetuadas à Funcef **são da competência da Justiça do Trabalho.**

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA CONTRA A CEF E A FUNCEF. PEDIDO QUE NÃO SE RESTRINGE À ANÁLISE DAS REGRAS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. COMPETÊNCIA, INICIALMENTE, DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A causa de pedir da contenda tem origem na exclusão da parcela denominada CTVA do salário de contribuição do autor, fato que terá repercussão financeira em sua aposentadoria futura, mas, cuja solução não se restringe à interpretação das regras da previdência complementar. 2. Considerando que a matéria em discussão é afeta à relação de emprego estabelecida com a CEF, ainda que haja reflexos no valor dos benefícios de responsabilidade da entidade de previdência privada, a FUNCEF, aplica-se ao caso, com as devidas adaptações, o comando da Súmula 170/STJ: "Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo de nova causa, com pedido remanescente, no juízo próprio". Precedentes da Segunda Seção.

3. Não é admitida a utilização do agravo interno para prequestionar matéria constitucional com vistas à eventual interposição de recurso extraordinário.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos Edcl no CC 155.053/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 27/8/2018).

Igualmente, confira-se as decisões monocráticas proferidas por ministros integrantes da Segunda Seção desta Corte Superior: **REsp nº 1.795.797-PR**, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 25/10/2019; **REsp nº 1.832.772-SC**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 24/09/2019; e **REsp nº 1.781.374-PR**, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 30/08/2019.

2. Ademais, sobre a possibilidade/necessidade de análise da competência da Justiça do Trabalho, ainda que de ofício, veja-se:

AGRAVO INTERNO. PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO ACERCA DE COMPETÊNCIA ABSOLUTA. PRECLUSÃO PRO JUDICATO. INEXISTÊNCIA. DEMANDA PROPOSTA CONTRA O BANCO DO BRASIL. PORTARIA Nº 966/1947. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO

TRABALHO.

1. Embora não seja possível às instâncias ordinárias rever eventuais decisões prolatadas no âmbito desta Corte de superposição, não preclui para o STJ o exame de questão passível de necessário exame, de ofício, por esta Corte (usurpação, pelo próprio STJ, da competência da Justiça laboral).
2. Com efeito, de acordo com a jurisprudência do STJ, estando em curso a lide, inexistente preclusão pro judicato para apreciação de competência absoluta. (REsp 1240091/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 02/02/2017)
3. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação proposta diretamente contra o ex-empregador, sem haver pretensão formulada contra entidade de previdência privada, na hipótese em que se postula o recebimento de complementação de aposentadoria, a ser paga pelo ex-empregador e fulcrada apenas em normas internas que integram o contrato de trabalho (Portaria nº 966/1947 do Banco do Brasil S/A). (EResp 1351280/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 01/02/2018)
4. Agravo interno não provido.
(AgInt no REsp 1410722/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018)

Dessa forma, face a natureza de ordem pública da matéria, impõe-se o reconhecimento, de ofício, da incompetência da Justiça Comum para o julgamento do presente processo.

3. Ante o exposto, reconhece-se de ofício a incompetência absoluta da Justiça Comum para a apreciação da presente ação e determina-se a remessa dos autos à Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente ação, tornando sem efeito as decisões proferidas pelas instâncias ordinárias da Justiça Federal e determinando a remessa dos autos à Justiça Trabalhista. Prejudicado o recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator